

Um jardim da *res publica*: desafios e algumas propostas possíveis para a preservação e a valorização do jardim histórico do palácio do catete

A garden of the res publica: challenges and some possible proposals for the preservation and appreciation of the historic garden of the catete palace

Alejandra Saladino*
Carlos Daetwyler Xavier de Oliveira**

Resumo: o Palácio do Catete, residência de Antônio Clemente Pinto – o Barão de Nova Friburgo – de 1866 a 1869, e residência oficial da Presidência da República, de 1897 a 1960, foi projetado pelo arquiteto alemão Carl Friedrich Gustav Waehneltdt. O jardim do Palácio é atribuído a Auguste François Marie Glaziou, renomado paisagista do século XIX. A primeira alteração em seu traçado é de autoria de Paul Villon, que seguiu as linhas atribuídas a Glaziou, de quem ele próprio havia sido discípulo. Referência do neoclassicismo tardio no Rio de Janeiro, seus valores histórico e artístico foram reconhecidos em 1938, quando do seu tombamento em instância federal, enquanto conjunto urbano-paisagístico. Lugar de memória da República Brasileira, com a criação do Museu da República em 1960, é espaço de sociabilidade de usuários cotidianos e também concorrido ponto turístico. O objetivo deste artigo é iniciar uma reflexão sobre os desafios da preservação e dos usos de um bem vivo tombado – o Jardim do Palácio do Catete – que sofreu e ainda sofre inúmeras alterações ao longo de quinze décadas de ocupação, para propor ações de preservação com vistas à sua valorização.

Palavras-chave: Palácio do Catete; Museu da República; jardim histórico; patrimônio cultural; preservação.

Abstract

The Catete Palace was the residence of Antonio Clemente Pinto – the Baron of Nova Friburgo – from 1866 to 1869, and the official residence of the Presidency of Brazil, from 1897 to 1960. It was designed by the German architect Carl Friederich Waehneltdt. The garden of the palace, in the Republican period, was designed by Paul Villon respecting the lines attributed to Auguste Marie Glaziou, renowned landscape artist of the 19th century, his mentor. Reference of the later Neoclassicism in Rio de Janeiro, its historical and artistic values were recognized in 1938, when it's considered Brazilian cultural heritage, while urban-landscape complex. Home of the memory of the Brazilian Republic with the opening of the Republic Museum in 1960, it is a place of sociability of daily users, and also a touristic point. The aim of this article is to initiate a reflection on the challenges of preservation and the use of a very much alive patrimony – the garden of the Catete Palace – which suffered and still suffers many changes over fifteen decades' occupation, to suggest some actions of preservation for its recovery.

Keywords: Catete Palace – Cultural Heritage; Museum of the Republic – historic garden – preservation

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais.

** Museu da República. Administrador.

1 Apresentação

A preservação e a fruição dos jardins históricos são temas que se conformam na confluência dos debates mais atuais sobre a preservação do patrimônio cultural, este por sua vez percebido de forma integral, ou seja, sem polarizações entre referências patrimoniais culturais ou naturais. É certo que tais discussões denunciam as rugosidades, polifonias, dissonâncias e tensões tão características da instituição do patrimônio cultural – compreendida, à luz do institucionalismo histórico como o conjunto de diretrizes, disposições legais, organizações formais e segmentos sociais (SALADINO, 2010).

Ademais, no século XXI, tal questão adquire outras dimensões, pois a proteção dos jardins históricos fundamenta-se na zona de confluência das políticas ambientais e dos programas e estratégias urbanistas para o fortalecimento da cidadania.

Mesmo assim, não são poucos os jardins históricos em situação de risco. Seja pelo uso inconsciente e irresponsável ou por agressões indiretas, relacionadas ao crescimento urbano desordenado, é possível identificar jardins históricos em risco de descaracterização total, apesar do grande esforço de reflexão e articulação dos organismos internacionais ao longo do século passado (BERJMAN, 2011).

O objetivo deste artigo é iniciar uma reflexão sobre os desafios da preservação e dos usos de um bem vivo tombado – o Jardim do Palácio do Catete – que sofreu, e ainda sofre, inúmeras alterações ao longo de quinze décadas de ocupação, para propor algumas possibilidades de intervenções para a valorização desse bem. Vale dizer que tais questionamentos foram a base para o processo de elaboração do Programa Socioambiental do Museu da República (PSA-MR)¹, um complexo conjunto de ações articuladas que envolve desde o tratamento de toda a área do Palácio do Catete², até a sua reconceitualização³.

¹ O PSA-MR é o décimo-primeiro programa do Plano Museológico do MR. Foi elaborado em 2011, quando da revisão do referido plano, e implantado em maio de 2012.

² Por exemplo, drenagem do terreno, levantamento arqueológico, recapeamento das aléias do jardim do Palácio, construção de cisternas para captação de água das chuvas e criação de espaço multifuncional para o desenvolvimento de oficinas de temática patrimonial e ambiental.

³ Resignificação do jardim por meio de ações de educação patrimonial.

2 Jardins históricos: princípios e fundamentos de preservação

O reconhecimento do valor dos jardins enquanto monumentos, ou seja, construções que refletem ideias e gostos de uma época, deu-se ainda no século XVIII, quando das primeiras intervenções sobre alguns jardins europeus. No século seguinte, ampliaram-se as ações de cunho preservacionista, fundamentadas em pesquisas e proposição de tipologias (BERJMAN, 2011).

No século XX foi implantado o costume de organizar encontros para identificar princípios e recomendações que fundamentassem as políticas de preservação do patrimônio cultural. Já em 1931 é possível contar com um documento de âmbito transnacional que contém princípios e normas gerais para a preservação dos jardins históricos. As recomendações de manter a funcionalidade dos monumentos respeitando o seu caráter histórico e artístico, de fundamentar uma análise criteriosa qualquer intervenção sobre um monumento e de investir na sensibilização da sociedade mediante programas de educação patrimonial – contidas na Carta de Atenas (1931) – podem perfeitamente ser estendidas aos jardins históricos.

Dois anos depois, novo documento trouxe outras recomendações extensíveis aos jardins históricos. Compreendidos enquanto monumentos de valor arquitetônico e histórico, conforme a nova Carta de Atenas (1933), os jardins históricos devem ser salvaguardados, pois constituem a “expressão de uma cultura anterior e também porque correspondem a um interesse geral” (CARTA DE ATENAS, 1933, tópico 66). A preservação dos jardins no perímetro urbano assegura a necessidade de lazer e descanso, um dos aspectos do urbanismo (CARTA DE ATENAS, 1933, tópico 77).

Sonia Berjman (2011) aponta a possibilidade de estudar os jardins sob uma ótica multi e interdisciplinar como o aspecto mais importante para chegar a compreendê-los e, assim, valorizá-los e preservá-los. Nesse sentido foi ampliada a equipe da International Federation of Landscape Architects (IFLA)⁴. Arquitetos, historiadores, botânicos, arqueólogos, antropólogos e outros profissionais passaram a organizar, junto ao International Council of Monuments and Sites (ICOMOS), reuniões bienais para definir conceitualmente e teoricamente tais bens, bem como apontar estratégias para sua proteção.

Em 1971, durante reunião da International Federation of Landscape Architects, ficou definido que jardim histórico é “uma composição arquitetônica e vegetal que, a partir da perspectiva da história da arte, apresenta interesse público” (BERJMAN,

⁴ Criada em 1948 com a adesão de quinze países europeus.

2011, p. 34). É possível perceber claramente a relação entre patrimônio cultural e interesse público, bem como a ideia de que o traçado de um jardim é uma obra arquitetônica.

Dez anos depois, na Carta de Florença (1981), a definição supracitada foi complementada com a ideia de que os jardins são monumentos vivos e, assim, assegurados pelas recomendações internacionais e disposições legais de proteção aos monumentos históricos, como a Carta de Veneza (1964)⁵ e a Carta do Restauro, de 1972 (BERJMAN, 2011). Contudo, vale dizer, tal estratégia evidenciou o paradoxo da preservação dos jardins, visto que, enquanto monumentos vivos, as ações de preservação necessitam equalizar os princípios da artificialidade e da naturalidade relativos aos jardins.

A partir deste documento, os jardins históricos foram compreendidos enquanto complexa construção artística, ecológica e educativa, cuja matéria-prima é a vegetação (CARNEIRO, 2011). Portanto, são ressaltados os seus valores histórico e artístico. Em outras palavras, os jardins são compreendidos enquanto testemunhos estéticos de um sistema cultural em um determinado tempo e também correspondem à história da natureza e do planeta.

Em seu Art. 9º, a Carta de Florença atribui aos jardins históricos um conceito de autenticidade relacionado ao desenho, ao volume de partes do monumento, o décor e a escolha de vegetais ou de minerais que o constituem, bem como à escolha dos vegetais ou de minerais que os constituem. O mesmo documento aponta o inventário como instrumento de proteção estratégico para a preservação dos jardins históricos.

É pertinente reconhecer a consistência desse texto no que respeita as diretrizes para a elaboração de programas de manutenção e conservação. Nesse sentido, vale destacar os seguintes artigos:

Art. 11 A manutenção do jardim histórico é uma operação primordial e necessariamente contínua. Sendo vegetal o material principal, é por substituições pontuais e, a longo termo, por renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado.

Art 12 A escolha de espécies de árvores, arbustos, de plantas ou de flores a serem substituídas periodicamente deve-se efetuar com observância dos usos estabelecidos e reconhecidos para as diferentes zonas botânicas e culturais,

⁵ Resultado do trabalho realizado durante o 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, de 25 a 31 de maio de 1964 na cidade de Veneza.

em uma vontade de permanente conservação e pesquisa de espécies de origem.

Art. 13 Os elementos de arquitetura, de escultura ou de decoração, fixos ou móveis, que fazem parte integrante do jardim histórico, não devem ser retirados ou deslocados, senão na medida em que sua conservação ou sua restauração o exijam. A substituição ou restauração de elementos em perigo devem se fazer conforme os princípios da Carta de Veneza e data de qualquer substituição indicada.

Art. 14 O jardim histórico deve ser conservado em um meio ambiente apropriado. Qualquer modificação do meio físico, que coloque em perigo o equilíbrio ecológico, deve ser proibida. Essas medidas referem-se ao conjunto das infraestruturas, sejam elas internas ou externas: canalizações, sistemas de irrigação, estacionamentos, cercas, dispositivos de vigilância, de exploração, etc. (IPHAN, 2004, p.255).

A Carta de Florença traz ainda claras orientações – sob as óticas jurídico-legal e pedagógica, por exemplo – para a utilização desses monumentos vivos. Nesse sentido, vale destacar os seguintes artigos:

Art. 18 Se todo o jardim histórico é destinado a ser visto e percorrido, conclui-se que o **acesso a ele deve ser moderado**⁶ (grifo nosso), em função de sua extensão e de sua fragilidade, de maneira a preservar sua substância e sua mensagem cultural.

Art. 19 Por natureza e por vocação, o jardim histórico é um lugar tranquilo, que favorece o contato, o silêncio e a escuta da natureza. Essa aproximação cotidiana deve **contrastar** com o **uso excepcional** (grifo nosso) de um jardim histórico com local de **acontecimentos festivos** (grifo nosso). Convém definir, então, as condições de visitas aos jardins históricos, de tal sorte que tais acontecimentos, acolhidos **excepcionalmente** (grifo nosso), possam por si mesmos exaltar o espetáculo do jardim e não desnatura-lo ou degrada-lo.

Art. 23 Cabe às autoridades responsáveis adotar, sob a orientação de peritos competentes, as disposições legais e administrativas apropriadas a identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. Essa proteção deve ser integrada aos planos de ocupação dos espaços urbanos e aos documentos do planejamento físico territorial. Cabe igualmente às autoridades responsáveis assumir, conforme orientação de peritos competentes, as disposições financeiras adequadas a favorecer a manutenção, a conservação, a restauração e, eventualmente a reconstituição dos jardins históricos.

Art. 24 Os jardins históricos são um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão de sua natureza, exigem o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma **pedagogia** apropriada assegure a **formação**⁷ (grifo nosso) dessas pessoas, quer se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos.

⁶ No caso do Museu da República, assim como no Jardim Botânico, Campo de Santana e outros, o acesso ao interior dos jardins é proibido.

⁷ No caso do Museu da República cursos de profissionalizantes de jardinagem, incluindo o tratamento de jardim tombado, vem sendo dados desde o final da década de 80 a jovens oriundos de áreas carentes e risco social acentuado. Alguns destes jovens são contratados pelas empresas responsáveis pela manutenção dos jardins do Museu.

Deve-se também assegurar a produção regular de vegetais que entram na composição dos jardins históricos.

Art. 25 O interesse pelos jardins históricos deverá ser estimulado por todas as ações apropriadas a valorizar esse patrimônio e a torná-lo melhor conhecido e apreciado: promoção de pesquisa científica, intercâmbio internacional e difusão de informação, publicação e divulgação, estímulo à **abertura controlada** (grifo nosso) dos jardins ao público, sensibilização ao respeito à natureza e ao patrimônio histórico pela mídia (IPHAN, 2004, p.256-258).

Por tudo isso, é possível considerar a Carta de Florença como o documento-base para as políticas de preservação dos jardins históricos. Seus princípios para a restauração ou reconstituição dos jardins indicam a necessidade de contemplar as camadas temporais, ou seja, o respeito à evolução desses bens, logrando dessa forma o restabelecimento da sua unidade. E aqui coloca-se o desafio das intervenções sobre os monumentos: a utópica equalização entre as camadas temporais. No que tange às ações sobre os jardins históricos, vale dizer, as intervenções podem privilegiar uma época em detrimento de outra no caso de a degradação e o definhamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre os vestígios ou sobre uma documentação irrecusável⁸.

Em 1992, o conceito de *jardim histórico* foi definitivamente associado ao de *paisagem cultural*. Na Convenção do Patrimônio da Humanidade (UNESCO, 1972). Nos Guias Operacionais para a Implementação da convenção supracitada, a primeira categoria de paisagem cultural identificada é

a paisagem claramente desenhada e criada intencionalmente pelo homem. Compreende paisagens de jardins e parques construídos por razões estéticas que estão geralmente (mas não sempre) associados a construções e conjuntos de monumentos religiosos ou de outras categorias (BERJMAN, 2011, p. 36).

No Brasil, temos no Decreto-Lei nº 25/37 a pedra fundamental das políticas de preservação do patrimônio cultural. O Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico reúne cerca de dez jardins de valor patrimonial reconhecido⁹.

Finalmente em 2010, durante o I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Museu Mariano Procópio (MAPRO) e pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), foi elaborada a Carta de Juiz de Fora, que “estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros, que

⁸ Vale destacar a análise do pesquisador Carlos Dias (2011), que aponta a convergência destes princípios àqueles contidos na Carta do Restauro (1972), que proíbe remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo, a menos que se trate de alterações limitadas que não alterem os valores históricos da obra, ou aditamentos de estilos que as falsifiquem.

⁹ Para consultar os bens, ver www.iphan.gov.br.

considera inclusive a relação do jardim com seu entorno” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 1). Dividida em onze partes, uma ideia fundamenta todas as recomendações nela contidas: natureza e história, enquanto elementos vivos nessa categoria de bem, demandam estratégias e instrumentos de preservação capazes de manter a sua harmonia bem como de lidar com o imprevisto, a dinâmica do ciclo da vida. Por outro lado, tal documento ressalta que as ações de proteção aos jardins históricos devem estar apoiadas na legislação ambiental e fundamentadas antes na lógica da educação e sensibilização que na repressão.

Na Carta de Juiz de Fora – uma tradução da Carta de Florença para a realidade brasileira (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.2) – os critérios de autenticidade e integridade referentes aos jardins históricos não se distanciam daqueles atribuídos às demais categorias de monumentos. A autenticidade em jardins históricos refere-se “ao grau de originalidade dos diferentes elementos de um mesmo sistema e depende de quanto seus materiais são originais ou genuínos, levando-se em conta quando e como foi construído e também as mudanças, consideradas como parte da estratificação histórica do jardim” (CARTA DE JUIZ E FORA, 2010, p. 3).

Por fim, vale sublinhar desse documento a orientação de que o conceito de integridade depende do “grau de equilíbrio que os elementos que o compõem mantêm entre si e se refere ao quanto o bem é completo e ao quanto preserva de equilíbrio entre os diversos elementos componentes” (CARTA DE JUIZ E FORA, 2010, p. 3).

3 O Jardim do Palácio do Catete: prospecções sobre um bem tombado

O Barão de Nova Friburgo comprou diversos lotes na área mais larga, e do lado ímpar, da Estrada do Catete, entre as Ruas Silveira Martins e Ferreira Vianna (no que era, então, conhecido como Largo do Valdetaro). A estrada do Catete era via de acesso a chácaras de exuberante vegetação e casas de campo das boas famílias da capital do Império. Nos fundos “Inventários” sobre o Palácio do Catete, localizados no Arquivo Central do IPHAN, encontramos uma pesquisa realizada pelo próprio Noronha Santos, que pode soar curiosa àqueles que conhecem a região. Na área onde em 1858 seria construído o Palácio do Catete, ainda na primeira década do século XVIII, foi empreendida uma obra de aterramento para atenuar os efeitos das chuvas de verão e das enchentes do Rio Carioca, que inundavam constantemente essas terras pantanosas. O curioso reside no fato de que, até os dias de hoje, quem passa pela Rua do Catete durante as intempéries de verão fatalmente – e invariavelmente – tem de arregaçar as calças para não molhá-las.

Além dos lotes do Largo do Valdetaro, o Barão de Nova Friburgo seguiu comprando outros, até 1864, na Rua do Catete e um na Praia do Flamengo (TEIXEIRA, <http://rememorarte.blog.br/?p=873>) para garantir ao seu palacete uma extensa área verde.

Segundo pesquisas anteriores (FONSECA, 1994) – e também um pouco de lenda urbana – o Palácio do Catete e seu jardim foram construídos para atender ao gosto da Baronesa de Nova Friburgo – a Sra. Laura Clementina da Silva Pinto –, mais afeita e interessada na rotina e atrativos palacianos e um tanto efasiada com os da natureza, aqueles que lhe lembravam da Fazenda Gavião, em Cantagalo.

É certo que seu marido fora pródigo com a construção de seu palacete, uma vez que mão de obra tinha de sobra nas senzalas de suas fazendas em Nova Friburgo e Cantagalo. Para o interior do palácio – cujo projeto ficou sob a responsabilidade do engenheiro e arquiteto alemão Carl Friedrich Gustav Waehnelde – foram trazidos elementos decorativos da França e da Alemanha e cantaria de Portugal (HETZEL; NEGREIROS, 2011; TEIXEIRA, <http://rememorarte.blog.br/?p=873>). Para elaborar e supervisionar as pinturas decorativas foi contratado o renomado pintor alemão Emil Bauch.

Todavia, há divergências justamente sobre a autoria do traçado do jardim. Para alguns autores (FONSECA, 1994), à época do Barão, tratava-se este de um simples pomar ao redor de uma aléia de palmeiras imperiais, já existentes. Outros apontam Glaziou¹⁰ como o autor da concepção do jardim (HETZEL; NEGREIROS, 2011; TÂNGARI, 2007; TEIXEIRA, <http://rememorarte.blog.br/?p=873>); outros ainda (TERRA, 1993), apóiam-se em pesquisas de historiadores e em artigos da imprensa que atribuem o traçado do jardim do Palácio do Catete a Glaziou. Vale ressaltar a diferença entre as interpretações supracitadas evidenciando que a última não atribui definitivamente a obra a Glaziou, mas considera, isto sim, a atribuição de terceiros (pesquisas anteriores fundamentadas em fontes secundárias).

As alterações sofridas ao longo do tempo são, às vezes, eventualmente reveladas na lida dos jardineiros do Museu da República, pois, como anteriormente mencionado, o Barão de Nova Friburgo mandou construir a casa dos sonhos de sua senhora em área de mangue, a qual teve de ser devidamente aterrada com material,

¹⁰ O engenheiro e paisagista francês Auguste François Marie Glaziou chegou ao Brasil em 1858 a convite do Imperador D. Pedro II, para assumir a Direção-Geral das Matas e Jardins do Rio de Janeiro. Influenciado pela exuberância da mata atlântica, paulatinamente foi abandonando a lógica retilínea dos jardins franceses para adotar, numa leitura muito particular, a lógica sinuosa dos jardins ingleses mais afeita à flora nativa brasileira (PROJETO JARDINS HISTÓRICOS, Fundação Nacional Pró-Memória, s.d.). Para aprofundar sobre a lógica e gramática dos projetos paisagísticos de Glaziou, ver Cunha (2007), Hetzel e Negreiros (2011) e, ainda a página web *Glaziou, o paisagista do Imperador* (<http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/index.htm>).

hoje arqueológico. Louça branca ordinária, faiança, vidro, metal e outros “restos” do Brasil dos séculos XVIII e XIX – mas também material diretamente associado ao Palácio do Catete – são matéria comum do jardim.

É possível identificar a primeira modificação no jardim logo quando da ocupação do palácio pela Presidência da República. Tal alteração ficou a cargo de Paul Villon. Discípulo de Glaziou, Villon deu ao jardim seu aspecto atual, do qual podemos destacar as dependências para os criados da Presidência, os conjuntos escultóricos da Fundação Val D’Osne – comprados pelo presidente do Banco da República do Brasil¹¹ para decoração do palácio e seu jardim¹² – e as instalações elétricas (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011). Aqueles que seguem a corrente a qual atribuem a Villon a essência do jardim, apontam nesse período a inclusão das pontes de troncos de cimento imitando madeira, dos lagos bucólicos, da gruta, dos registros de água e luz imitando troncos artificiais e do coreto, muito embora a planta do parque para a reforma tenha sido assinada por Aarão Reis, incluindo complicadas obras de engenharia, hidráulica, chafarizes, cascatas etc. Paul Villon teria, então, ficado com a coordenação das alterações paisagísticas (FONSECA, 1994).

Algumas intervenções importantes seguiram-se em 1960, quando da transferência da capital federal do país para Brasília e transformação do Palácio do Catete em Museu da República. Àquela altura, a rede elétrica foi totalmente reestruturada e foi instalado um sistema de irrigação¹³. Já em fins dos anos 1980, os muros que rodeavam o Palácio, ao longo da Rua Silveira Martins e da Praia do Flamengo, foram substituídos pelos gradis para ampliar a visibilidade do monumento (MUSEU DA REPÚBLICA, 2011), ao mesmo tempo em que propiciava maior segurança à Rua Silveira Martins, segundo depoimentos orais dos moradores. Outras alterações a destacar são a construção de uma reserva técnica, a instalação de um banheiro no parque, a reforma da antiga usina elétrica, para servir de alojamento, e algumas salas de aula para oficinas diversas.

Tampouco podemos esquecer das pequenas alterações que, no entanto, deixam marcas profundas no imaginário e na memória social, notadamente naqueles que têm no Jardim um espaço de lazer e sociabilidade constante. É preciso admitir que apenas vemos suas sombras, não as conhecemos de fato, ou seja, necessitamos empreender um minucioso trabalho de inventário do jardim do Palácio do Catete para

¹¹ Fruto da união do Banco da República de Mayrink e do Banco do Brasil, provavelmente Francisco Rangel Duval em viagem a França.

¹² Para aprofundar sobre a Fundação Val D’Osne, ver Junqueira (2007).

¹³ Atualmente, esse sistema está desativado.

compreender os marcos da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) e as alterações realizadas no jardim. Enfim, percebemos hoje apenas fragmentos do jardim histórico do Palácio do Catete e, conforme as recomendações internacionais, é mister um tratamento fundamentado em perspectivas interdisciplinar e interinstitucional (DELPHIM, 2005).

Sabemos que existe um pinheiro, pois o vemos, mas que não existia no projeto original. Quem o mandou plantar? E as famosas mangas do Getúlio, que tanto apeteçam aos visitantes do jardim de hoje? A mangueira já existia ou ele a mandou plantar defronte ao salão de banquete do Palácio do Catete?

Essas e outras modificações não foram registradas, mas fazem parte da memória coletiva de parte do quadro funcional do Museu da República. Narrativas de funcionários mais antigos e aposentados apontam que a “mangueira do Getúlio” – conhecida dessa forma por ser de uma espécie que dá frutos mais doces e por ter sido plantada fora da área salobra do aterro – foi plantada posteriormente àquelas presentes na aléia das palmeiras¹⁴. Da mesma forma, não há registros sobre o plantio dos pés de jambo, jabuticaba, pêssego da Índia, abiu, abacate e abricó de macaco, espécimes provavelmente inexistentes no jardim à época do Barão de Nova Friburgo, pois fotografias da inauguração da Sede da República Brasileira no Catete revelam um jardim com grande gramado e poucas árvores¹⁵.

4 O Jardim do Palácio do Catete: possibilidades e proposições

De maneira geral, os programas de proteção e preservação dos jardins históricos – enquanto “ricos testemunhos da relação entre cultura e natureza” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 3) – devem levar em consideração a percepção desses monumentos como porções “do território que caracterizam combinações específicas de componentes sociais e físicos constituídos ao longo da história que têm dinâmica própria atrelados também ao sentimento de pertencimento da população com o local” (CARTA DE JUIZ DE FORA, apud CARNEIRO, 2011, p. 24). Em outras palavras, impõe-se o desafio de equalizar a proteção do bem e seu acesso e fruição; a elaboração de um programa *bem* “sucedido de sustentabilidade, a partir do qual a sociedade possa qualificar e intensificar o uso e a preservação de seu jardim histórico” (DIAS, 2011, p. 42).

¹⁴ Há relatos de que, em 1908, as palmeiras mediam cerca de 4 metros.

¹⁵ Tais registros vêm reforçar a ideia de atribuição a Glaziou ao traçado do jardim do Palácio do Catete.

Consideramos relevante retomar as recomendações internacionais supracitadas. Segundo a Carta de Nairóbi (UNESCO, 1976) é possível elaborar um programa de proteção dos jardins históricos que compreenda ações destinadas à identificação, proteção, conservação, restauração, manutenção e revitalização, bem como estratégias específicas para o uso controlado, o planejamento, a administração etc (Carta de Juiz de Fora, 2010). Segundo Cury (2004), considerando o Art. 4º da Carta de Florença (1981), é possível perceber a importância de ressaltar, nos programas de proteção dos jardins históricos, a sua composição arquitetural, que consiste de

seu plano e os diferentes perfis do seu terreno; suas massas vegetais: suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos, suas alturas respectivas; seus elementos construídos ou decorativos; as águas moventes ou dormentes, reflexo do céu (CARTA DE FLORENÇA, apud CURY, 2004)

Além do mais, a valorização e preservação dos jardins históricos devem ampliar a perspectiva para extramuros, pois o

entorno imediato construído, em ambientes urbanos, influencia sensivelmente tanto na leitura histórica do bem como no desempenho climático e desenvolvimento da flora e da fauna do recinto urbano. (...)... o entorno deve garantir a proteção física (ambiência) e significação (legibilidade) do monumento (CARNEIRO, 2011, p. 24)

Em resumo, a intervenção no jardim histórico do Palácio do Catete deve fundamentar-se em documentos de abrangência internacional e nacional e pode apoiar-se em programas anteriormente desenvolvidos e mesmo em um manual elaborado pelo IPHAN.

O jardim do Palácio do Catete foi inscrito no Livro de Tombo do Patrimônio Histórico – folha 03 nº7 processo nº153-38, em 06 de abril de 1.938 – junto com o prédio do palácio como tombamento *ex-officio*. Portanto, esse bem está sujeito a uma legislação especial que, visando a sua preservação, proíbe ou restringe interferências e/ou seu uso.

Tomando uma perspectiva interdisciplinar e considerando a parceria interinstitucional (ainda mais, não é excessivo lembrar, que o objeto em questão é um bem com proteção legal assegurada), é possível traçar um plano de preservação do jardim do Palácio do Catete a partir das seguintes diretrizes:

- 1) O princípio do entorno enquanto área de amortecimento e de monitoramento periódico dos impactos destrutivos que agem sob o monumento;
- 2) A delimitação preliminar da área envoltória dos bens patrimoniais, através de poligonais de entorno definidas pelos institutos de preservação que considerem os aspectos da ambiência e da legibilidade de cada monumento;
- 3) O estudo das silhuetas, das linhas de visão e das distâncias adequadas entre o monumento e suas imediações, para monitorar e prevenir invasões visuais de espaço e usos inapropriados em entorno;
- 4) O incentivo e promoção de pesquisas para a produção de indicadores de impacto relacionados ao monumento – como intrusão em visões, silhuetas ou espaços abertos, poluição de ar e poluição acústica;
- 5) O princípio que a preservação do patrimônio urbano deve ser inserida na tarefa da gestão da paisagem citadina e
- 6) A integração desse patrimônio ao cotidiano com os outros espaços verdes no seu redor, de maneira a criar um “Sistema de espaço verde urbano integrado” (CARNEIRO, 2011, p. 24)

A partir da Carta de Juiz de Fora – que trata da importância de preservar as qualidades intrínsecas dos jardins históricos, relacionadas à “qualidade dos materiais, a sua construção, desenho e localização” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 3) – é possível indicar algumas possibilidades de ações com vistas a garantir que o jardim do Palácio do Catete se desenvolva de forma íntegra e autêntica, como por exemplo:

- elaborar um levantamento topográfico e botânico do jardim para fundamentar projetos de revitalização, restituição, restauração e manutenção¹⁶;
- elaborar um inventário fundamentado em critérios objetivos de natureza artística, histórica, arquitetônica, paisagística, sociológica, antropológica, arqueológica, geológica etc¹⁷;
- recuperar os registros das intervenções e das sucessões ao longo do tempo;
- criar arquivo para registro ordenado e atualizado das intervenções e outros dados relevantes do jardim;

¹⁶ De acordo com a Carta de Juiz de Fora: revitalização designa a reutilização de um bem cultural e sua adaptação a novos usos, observando aquilo que lhe é essencial: o abrigo de atividades humanas ou os fatores ambientais para o desenvolvimento de atividades como as recreativas, de lazer, contemplação, esporte etc. Restituição refere-se ao conjunto de operações que visam a recuperar as condições originais do bem cultural e do espírito de uma época, o que se pode obter mediante remoção de partes espúrias ou a reconstituição de elementos supostamente originais degradados ou que estejam faltando. (...) Restauração é a ação que tem como objetivo recuperar e reintegrar partes ou mesmo todos os elementos um bem cultural móvel ou imóvel. Envolve todas as outras formas de intervenção física em bens culturais que visem à preservação. As intervenções de restauração nos jardins históricos visam a garantir a unidade e a permanência no tempo do valores que caracterizam o conjunto, por meio de procedimentos ordinários e extraordinários. A manutenção permite ações sistemáticas que visam a manter um bem cultural em condições de uso ou fruição. Significa a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem. A manutenção de um jardim histórico visa três objetivos básicos: manter as qualidades físicas e químicas do solo, garantindo aos vegetais o fornecimento de água e dos nutrientes necessários; manter, dentro da margem de variação ditada pelos ritmos naturais, os volumes, cores e texturas dos vegetais; defender a flora e a fauna do jardim contra organismos nocivos ou desastres naturais [...] (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p. 6-7).

¹⁷ Esta ação demandará a celebração de parcerias interinstitucionais e está igualmente atrelada ao recapamento das aléias do jardim que, por sua vez, tratando-se de área tombada, exigirá a realização de um diagnóstico arqueológico.

- considerar o desenho e estilo originais, bem como as diferentes fases de sua evolução;
- considerar as espécies originalmente empregadas;
- criar um banco de mudas e um sistema de beneficiamento das sementes das plantas originalmente empregadas;
- criar um plano de manejo das espécies arbóreas do jardim;
- sensibilizar a mão-de-obra que trata o jardim bem como aquela responsável pela vigilância para que as ações desses atores contribuam para a preservação da integridade física e do valor patrimonial do referido jardim;
- planejar de forma cuidadosa a coleta, tratamento e remoção de lixo;
- elaborar um projeto de sinalização que não se sobreponha ao próprio jardim;
- “desenvolver programas de manejo cultural e ambiental (...) de interpretação ambiental e cultural; de educação ambiental e patrimonial; de recreação e de lazer; de turismo cultural e ecológico; de pesquisa científica; de acervo museológico (...) de apoio à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos” (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010, p.8)

Estas e outras propostas estruturam o Programa Socioambiental do Museu da República (PSA-MR). Algumas importantes ações já foram desenvolvidas. Graças ao protocolo de intenções celebrado entre o MR e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA)¹⁸, foi possível realizar um levantamento sobre a infestação de cupins no jardim. O Comitê Gestor do PSA-MR também logrou elaborar um termo de uso do jardim histórico a ser considerado na realização de quaisquer atividades nesse espaço. Graças à parceria com a Comlurb, foi possível implantar a coleta seletiva de resíduos nos setores técnico e administrativos do Museu (o próximo passo é adquirir contenedores adequados para implantar a coleta seletiva no jardim histórico)¹⁹. E, em fase de confecção para instalação ainda em 2013, um novo conjunto de placas de sinalização e identificação, fundamental para o visitante adotar boas práticas no jardim e para reconhecer algumas das referências patrimoniais (culturais e naturais) que fazem o lugar ser tão especial.

¹⁸ Tal protocolo foi celebrado em 14 de junho de 2012, durante as atividades desenvolvidas pelo Museu da República ao longo da Rio+20.

¹⁹ Tal ação demandou a aquisição de lixeiras adequadas para a coleta de resíduos úmidos e secos (em conformidade com as orientações do INEA) e a sensibilização das equipes técnica, administrativa e de apoio do museu a partir da realização de oficinas ministradas pelo consultor e gestor ambiental Ramiro Frieiro.

Por fim, indicamos uma última proposta de ação para a preservação e valorização do jardim do Palácio do Catete/Museu da República. Tal projeto considera as especificidades desse monumento e seus usos. Considerando que: (a) “não se restaura apenas o jardim, mas ainda todo o espírito de uma época que permite que ele possa ser melhor compreendido (DELPHIM apud MAGALHÃES, 2011, p. 45), (b) nos jardins, é possível perceber “paisagens especiais de arquitetura vegetal, ou seja, que seguem um ordenamento para o uso da população” (CARNEIRO, 2011, p.24); (c) o Palácio do Catete e seu jardim foram tombados como conjunto arquitetônico-paisagístico (o que os configura enquanto elementos de um sistema); (d) desde 1960, o sistema do Palácio do Catete (casa e jardim) é uma instituição museológica (o Museu da República); (e) que a missão do Museu da República é

contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, à cidadania, à universalidade do acesso e o respeito à diversidade (MUSEU DA REPÚBLICA, 2007).

É possível perceber a pertinência e o potencial de considerar o jardim do Palácio do Catete como mais um recinto do Museu da República, um patrimônio cultural que não fica à parte, mas constitui uma parte de um conjunto (MOURA, 2008). Vale lembrar que, além de espaço físico para a realização de ações socioculturais, o jardim é um espaço simbólico onde podem ser tratadas de questões relativas aos compromissos e valores do Museu, inscritos em sua missão institucional. Compreendemos ser esta uma maneira de evidenciar e preservar as especificidades do jardim, que o tornam tão especial e único. Compreender o jardim do Palácio do Catete como um fato museal²⁰ resultado de suas transformações ao longo do tempo, nos possibilita, inclusive, perceber outros valores extrínsecos²¹, como o arqueológico²² (nos achados fortuitos resgatados durante as atividades de manutenção) que, por sua vez, oferecem outras perspectivas e leituras desse bem patrimonial, sua formação e seu uso.

²⁰ O Fato museal compreende a “relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade a qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir”, relação esta que se apresenta “num cenário institucionalizado, o museu” (GUARNIERI, 1990).

²¹ Os valores extrínsecos a um jardim histórico são, por exemplo, os culturais, históricos, arqueológicos, simbólicos, econômicos. Por outro lado, os valores intrínsecos referem-se à perspectiva física, e incluem material, conservação, desenho, localização e entorno (DELPHIM, 2005).

²² Porcelanas, chaves, rede hidráulica, caixas de passagem de fiação elétrica etc.

O jardim do Museu da República é uma proposta paisagística complexa. Este conjunto – vegetação, desenho, obras de arte e usos diversos durante o tempo – impõe um espaço relacional entre os objetos observados e o sujeito observador que vão bem além das três dimensões (comprimento, largura e profundidade). A estas podemos acrescentar mais quatro dimensões socioculturais:

1. Dimensão do tempo, história ou memória: os objetos musealizados são provenientes de algum passado e, por sua intermédio, o observador é chamado a transpor as portas do tempo;
2. Dimensão do poder: os objetos que se encontram sob a posse de um museu, pertencem a outros; além disso, eles exercem algum poder sobre os seus observadores, um poder não apenas deles mesmos, mas atribuído a eles pela instituição museal;
3. Dimensão da riqueza: os objetos materiais musealizados não deixam de ter algum valor econômico de troca;
4. Dimensão da estética: objetos de cultura material são frequentemente ressignificados no mundo da arte, como objetos de valor estético (STOKING Jr. apud CHAGAS, 2009, p.59)

A estas, o poeta e museólogo Mario Chagas acrescenta mais duas dimensões:

1. Dimensão do saber ou do conhecimento: os objetos musealizados passam a ser também objetos de conhecimento científico; eles testemunham e representam saberes e são utilizados como dispositivos capazes de acionar outros conhecimentos sobre eles mesmos, sobre a cultura e a natureza;
2. Dimensão lúdico-educativa: os museus modernos surgem com um nítido acento educacional, os objetos estão ali como recursos narrativos, como meios de comunicação de determinadas mensagens e, em muitos casos, como elementos constituintes de uma pedagogia exemplar, a que se soma, ao longo do tempo, um acento lúdico e até mesmo de prazer (CHAGAS, 2009, p. 60).

Sendo assim, o espaço relacional, que compreende o jardim do Palácio do Catete, teria como ponto central a educação não formal, a educação por livre escolha, uma vez que o observador/usuário/visitante ali está por opção própria, seja ela a de conhecer, visitar ou apenas usufruir daquele espaço, acima de tudo de comunicar-se de todas as maneiras com o aquilo tudo que está em torno.

Mas a partir de quais elementos poderiam ser estabelecidas relações entre o jardim e o visitante? Das estátuas? Ora, as estátuas continuam mantendo a função para as quais foram feitas: adornarem um parque. É preciso lembrar, conforme Chagas (2009), que o objeto museal perde a sua função original e adquire novos significados. Por outro lado, os objetos e obras de arte no jardim acumulam significados. Agregam os significados da época em que foram feitos: os sentidos relacionados aos motivos por que foram colocados no jardim e os significados atuais que podemos atribuir-lhes, apesar de manterem sua função original.

Caso estivéssemos tratando de salas dentro do Museu, deveríamos necessariamente pensar em alguns itens como: iluminação dirigida, projeções, narração de fundo e um sem número de tecnologias etc. Vale dizer que esses recursos não são impossíveis de serem utilizados ao ar livre, mas certamente acrescentam complicadores e, sobretudo, limites financeiros. Geralmente, no caso de evidenciarmos os valores, os sentidos e as camadas temporais do jardim histórico do Palácio do Catete, atemo-nos comumente e simplesmente a uma eficiente programação visual (não necessariamente estática, imóvel) e a uma hipótese de mediação, caso pensemos em trabalhar com grupos específicos (escolares, terceira idade etc). Certamente guias e mapas são imprescindíveis recursos de ações educativo-culturais dessa natureza.

E quais seriam os conteúdos desses materiais de apoio às atividades a desenvolver nessa sala sem teto que é o jardim do Palácio do Catete? Deveríamos trabalhar mais e de maneira contínua com datas cívicas ou datas relativas a algum tema pertinente como arte, meio ambiente, cidadania etc.?

De qualquer forma, teríamos, na missão institucional do Museu da República, algumas diretrizes para os conteúdos a trabalhar no jardim histórico do Palácio do Catete. Por exemplo, com base na missão do museu, poderíamos desenvolver diversas ações de educação ambiental, considerando o compromisso do Museu para com o fortalecimento da cidadania.

Contudo, ainda seria necessário deixar claro quais relações quereríamos evidenciar entre o universo representado pelas “salas fechadas ou internas” – que compõem o circuito da exposição do Museu – e o seu correspondente externo. Enfim, como unir o dentro e o fora, casa e jardim? Este é um grande desafio e igualmente um enorme potencial, pois o circuito expositivo atual não conecta palácio e jardim. Pouca ou nenhuma utilização têm as janelas (em sua maioria, tampadas por painéis da exposição de longa duração) e varandas. A paisagem cultural, em toda a sua riqueza visual e simbólica, poderia ser mais explorada no circuito expositivo, propiciando uma experiência ao visitante em outro patamar.

Conforme a Carta de Nova Délhi (1956), os vestígios arqueológicos devem ser mantidos em seu contexto. Sendo assim, compreendemos que o Museu da República poderia ter um pequeno conjunto de peças arqueológicas relacionadas à história do Palácio do Catete e seu jardim. A partir da musealização dessas peças, poderíamos compreender o processo histórico do jardim do Palácio do Catete, constituído por eventos como as *Garden Parties*, os passeios a cavalo e a construção do ancoradouro²³.

Vale destacar que uma tentativa de estabelecer conexões entre jardim e museu deu-se com a realização da exposição Banco de Tempo, das artistas plásticas Isabel Löfgren e Patrícia Gouvêa, com a curadoria da museóloga Isabel Sanson Portella. O mote da exposição da Galeria do Lago – espaço expositivo do Museu da República destinado às artes contemporâneas – foi uma fotografia do ex-presidente Nilo Peçanha sentado em um banco do jardim do Palácio do Catete e rodeado por seus cães. A partir desse registro de 1911, as artistas conceberam fotografias e vídeos para abordar a carga subjetiva da paisagem (PORTELLA, 2012). Acreditamos que esta experiência de revelar outros contornos do jardim e possibilitar outros olhares sobre ele fornece subsídios para futuras ações que tenham lugar nesse espaço de simbolização.

5 Brevíssimas considerações

Neste primeiro esforço de reflexão sobre os desafios da preservação e valorização do jardim histórico do Palácio do Catete, compreendemos como o cerne de nosso desafio equalizar a utilização desse espaço por parte do público²⁴ e a preservação/evidenciação dos valores artístico e histórico do jardim para a fruição por parte desse mesmo público. Em outras palavras, ressaltar e trabalhar com as especificidades e potencialidades do jardim e confirmar sua vocação para espaço de sociabilidade, de lazer e contemplação. Acreditamos que um meio de lograr tal intento seria investir na estratégia de tomá-lo como mais uma sala do museu, uma sala especial é bem verdade, e ligá-lo ao circuito e discurso expositivos do Museu da República. E, para tal, é mister apoiar todas as ações na Carta de Juiz de Fora (que, por sua vez, é a tradução da Carta de Florença à realidade brasileira), documento-base para elaborar programas de conservação da integridade funcional, visual e espacial.

²³ O ancoradouro foi construído em 1890 especialmente para o iate Gaivota, encomendado pelo conselheiro Mayrink a Trajano de Carvalho e rebatizado pela presidência como Silva Jardim. A embarcação também foi usada por alguns presidentes para viagens curtas.

²⁴ O Parque/Jardim do Catete abre de 2ª feira a 2ª feira de 8 horas da manhã às 20 horas (19 horas, horário de verão).

Referências

- BERJMAN, Sonia. De los jardines históricos a los paisajes culturales. La labor de ICOMOS. In: 2º Simpósio Arqueologia na Paisagem: um olhar sobre os jardins históricos. *Caderno de resumos...* Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2011. p. 31-37.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. A paisagem do interior ao exterior do jardim. In: 2º Simpósio Arqueologia na Paisagem: um olhar sobre os jardins históricos. *Caderno de resumos...* Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2011. p. 23-24.
- CARTA DE JUIZ DE FORA. Carta dos Jardins Históricos Brasileiros. In: *I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos*. IPHAN; MAPRO; FCRB, 2010.
- CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal*. Brasília: Minc/IBRAM 2009.
- CUNHA, Miguel Gastão da. O extraordinário Glaziou. In: *LEITURAS PAISAGÍSTICAS: teoria e práxis*. Volume 2. Rio de Janeiro: UFRJ/CLA/EBA, 2007, p. 46-59.
- CURY, Isabelle (org). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2000. (Coleção Edições do Patrimônio).
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Intervenções em jardins históricos*. Brasília: IPHAN, 2005.
- DIAS, Carlos. Jardim da Luz: de horto botânico a museu a céu aberto. In: 2º Simpósio Arqueologia na Paisagem: um olhar sobre os jardins históricos. *Caderno de resumos...* Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2011, p. 40-42.
- FONSECA, Cícero de Almeida. *Catete: memórias de um palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia. *Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Manati, 2011.
- JUNQUEIRA, Eulalia. A arte insustrial do século XIX: das Fonderies du Val D'osne aos jardins de Glaziou. In: *Leituras Paisagísticas: teoria e práxis*. Volume 2. Rio de Janeiro: UFRJ/CLA/EBA, 2007, p.186-211.
- MAGALHÃES, Cristiane. No jardim romântico de Mariano Procópio: trajetórias e transformações do sítio histórico. In: 2º Simpósio Arqueologia na Paisagem: um olhar sobre os jardins históricos. *Caderno de resumos...* Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2011, p.43-45.
- MOURA, Delfin, Carlos Fernando de. Paisagem, Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- MUSEU DA REPÚBLICA*. São Paulo: Banco Safra, 2011.
- FUNDAÇÃO Nacional Pró-Memória. *Projeto Jardins Históricos*. Mostra Fotográfica. FNPm, s.d.
- PORTELLA, Isabel Sanson. *Banco de Tempo*. Folder. Galeria do Lago e Jardins do Museu da República. Rio de Janeiro: 2012.
- SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória da IPHAN*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

TÂNGARI, Vera. Apresentação. In: *Leituras Paisagísticas: teoria e prática*. Volume 2. Rio de Janeiro: UFRJ/CLA/EBA, 2007, p. 8-25.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 1993.

TEIXEIRA, Milton de Mendonça. Jardins do Palácio do Catatete. In: *RememorArte: histórias a serem lembradas*. Disponível em: <http://rememorarte.blog.br/?p=873> Acesso em: 21/12/2011

UNESCO. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. UNESCO, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> Acesso em: 15/12/2011

Recebido em 10.09.2012

Aprovado em 13.03.2103